



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

**13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARITÁRIA  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM**

**Local: Sede Regional SISEMA –  
SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba  
Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG  
Data: 13 de dezembro de 2013 às 14h00min**

Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro do ano de 2013 (dois mil e treze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 13ª (décima terceira) Reunião Ordinária (RO) da Comissão Paritária (COPA) do Conselho de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sra. (senhora) Marina Sardinha Machado, Titular e Presidente, Superintendente da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas Gerais; Sr. (senhor) Ademar Franco Guimarães, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Sub Tenente Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, 1ª (primeira) Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, 1º (primeiro) Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sra. Polyanna Custódio Duarte, Titular da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ).

**MARINA (PRESIDENTE):** Boa tarde a todos, vamos dar início à 13ª (décima terceira) Reunião Ordinária da Comissão Paritária (COPA) Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), 13 (treze) de dezembro de 2013 (dois mil e treze), 14h05min. (quatorze horas e cinco minutos). Vamos à execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas e Presidente da COPA Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sra. Marina Sardinha Machado.** Vamos ao item 3 da pauta. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

**POLYANNA (ANGÁ):** Eu gostaria de antecipar a discussão um pouco dos pareceres dos processos, eu acho que nesse momento mesmo que eu tenho que fazer isso. Em função, não sei se os demais Conselheiros fizeram soma de todos os hectares que foram pedidos para desmatamento, mas ele perfaz mais de 1.000 (mil) hectares só nessa reunião aqui da COPA. São mais ou menos mil e cem e alguma coisa. Então, a gente já conversou e até o Moisés pediu na última reunião um levantamento dos desmatamentos por Município, por Bacia Hidrográfica, eu não sei como que vai ser feita essa apresentação, mas em função desses desmatamentos serem em Município com menos de 20% de vegetação nativa, inclusive Uberlândia, Ituiutaba, Tupaciguara; por concentrarem principalmente em campo que possuem inúmeras espécies ameaças de extinção e alguns processos terem mais de 200 (duzentos) hectares numa mesma matrícula e processo fracionados; além da ausência de inventários da biota, eu já antecipo aqui que todos os processos que forem julgados eu vou votar contra. Uma forma, acredito eu, de pressionar o Estado para que ele implemente as políticas públicas de conservação da biodiversidade. A gente tem várias, inclusive Bolsa Verde, as de Arrendamento e elas não são implementadas. O Bolsa Verde a gente até tem notícia de que



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

48 algumas pessoas não receberam recurso. Então, eu já antecipo e peço que os demais  
49 Conselheiros avaliem, de em um dia só a gente liberar mais de 1.000 (mil) hectares. CARLOS  
50 LUIZ MAMEDE (CORDENADOR DO NÚCLEO REGIONAL DE UBERLÂNDIA): Eu  
51 queria fazer algumas considerações. Foi distribuído um e-mail ao Secretário e alguns outros  
52 órgãos sobre os processos pautados, sobre qualidade dos laudos técnicos emitidos e os  
53 questionamentos sobre as liberações. Nós temos algumas considerações a fazer. Em primeiro  
54 lugar, essa reunião está vindo um número maior, devido ao número de processos pautados.  
55 Quem tem participado das últimas COPAs tem visto um número reduzido de processos  
56 pautados aqui. Então, hoje tem um número bem maior; hoje tem 38 (trinta e oito) ou 39 (trinta  
57 e nove) processos pautados, é por isso que tem um número maior de áreas para serem  
58 liberadas. Eu gostaria só de ressaltar 02 (dois) pontos. Ela questionou uma liberação numa  
59 área acima de 200 (duzentos) hectares. Todos os processos pautados na reunião são feitos  
60 integralmente dentro da legalidade, tanto na questão técnica quanto legal. Então eu acho que a  
61 COPA foi feita justamente para isso, para trazer transparência e para levar a participação da  
62 sociedade civil. Nós não estamos questionando aqui a questão se podia ser liberado mais área,  
63 isso é questão de direito de propriedade, eu acho que as propriedades tem que ser sustentáveis,  
64 não podem ser só ambiental. Acho que a função da Secretaria de Meio Ambiente é  
65 Sustentabilidade. Então é por isso que a gente trabalha da forma que trabalha e a questão que  
66 a gente sempre se baseia principalmente é na Legalidade. Então, se não tem impedimento  
67 legal e nem técnico a pessoa, no meu entendimento, o proprietário não pode ser penalizado. A  
68 questão que foi criticada no e-mail também, a pessoa que passou não está aqui presente hoje,  
69 criticou também a qualidade técnica dos pareceres, eu acho isso no mínimo anti ético, a  
70 pessoa não está aqui hoje, já teve questionamento, é muito fácil disparar para o Estado inteiro.  
71 POLYANNA (ANGÁ): Bom, eu represento uma entidade, você está fazendo acusações.  
72 CARLOS LUIZ MAMEDE (CORDENADOR DO NÚCLEO REGIONAL DE  
73 UBERLÂNDIA): Deixa eu terminar, por favor. Deixa eu terminar, porque eu escutei você  
74 falar. MARINA (PRESIDENTE): Conselheira, deixe ele terminar, por favor. CARLOS LUIZ  
75 MAMEDE (CORDENADOR DO NÚCLEO REGIONAL DE UBERLÂNDIA): Então, eu  
76 acho que todos os Conselheiros aqui tem acompanhado o laudo técnico que a gente tem feito,  
77 tem se esforçado para fazer da melhor forma possível, os processos que são pautados na  
78 COPA são processo de não passível ou autorização de funcionamento. O que tem que ter de  
79 teor de estudos, a gente tem se esforçado para colocar e melhorado a cada reunião. Então, não  
80 acho justo criticar os técnicos por e-mail invés de vir na reunião participar. Inclusive falou  
81 que teve liberação em área de Mata Atlântica e nós aqui no Triângulo Mineiro não temos  
82 nenhuma liberação em Mata Atlântica, nem área protegida. É muito fácil criticar e não vir  
83 aqui mostrar. Eu acho também a questão das liberações fracionadas, são pautas juntas  
84 justamente para serem analisadas em conjunto, é por isso que elas estão aqui. Ninguém fez as  
85 coisas escondido, é muito mais fácil ter separado em reunião separada, todas elas, mesmo se  
86 enquadradas juntas, são não passíveis de licenciamento. Acho que são essas as considerações  
87 que eu tenho para fazer em meu nome, não sei, mas eu acredito que todos os técnicos aqui que  
88 participaram acompanham disso. JOSÉ MARIA CASTRO JÚNIOR (COORDENADOR DO  
89 NÚCLEO DE ITUIUTABA): As palavras do Mamede são minhas e eu acho que toda equipe  
90 da SUPRAM do Triângulo Mineiro, isso é uma maneira muito pouco ética. Você pensa bem,  
91 eu José Maria, atendo a 08 (oito) Municípios, está certo? Estou sozinho, de repente eu não  
92 tenho um tempo para ficar analisar laudo dos outros, eu tento fazer o meu laudo, mas é tanto  
93 serviço que de repente a gente deixa a desejar alguma coisa, mas pode ter certeza que tudo  
94 que a gente faz é dentro da legalidade e tudo que depois a gente faz o laudo, passa por um



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

95 controle processual para poder dar transparências para vocês. Agora, a gente vir e ouvir falar  
96 o que nós estamos ouvindo de nós, mandar e-mail contra nós e não vir aqui, eu acho também  
97 que é falta de ética muito grande. Eu acho que ele tinha que vir, estar aqui para poder falar o  
98 que ele quis dizer com aquilo. Igual, vamos supor, o Mamede falou, o único Núcleo que não  
99 teve liberação de Mata Atlântica foi o nosso. Certo, zero de liberação de Mata Atlântica, vem  
100 falar de liberação da Mata Atlântica, ah para com isso, ou em área de Unidades de  
101 Conservação. Agora, a partir do momento que se faça uma Lei que proíba, está certo, que  
102 proíba. Agora, questão de biota, eu não entendo nada de fauna, eu não entendo, como que eu  
103 vou pressionar a questão de fauna; eu não entendo. Eu entendo um pouco da parte florestal,  
104 está certo, então esse é o meu dever e ver dentro da legalidade se há ou não. Há impedimento  
105 legal, não; tecnicamente é viável, é; então pronto, acabou, vamos parar de tapar o sol com a  
106 peneira, que isso. Igual, eu tenho 02 (dois) processos meu de desmate; 01 (um) a propriedade  
107 de 100 (cem) hectares; o cara está lá, não precisa ter reserva averbada mais, ele já está com a  
108 reserva averbada, com área de APP preservada, está sobrando uma área para poder  
109 sobreviver, eu não vou autorizar. Que isso? Eu tenho que pensar nisso também. Obrigado.  
110 MARCOS (NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO DE PATROCÍNIO): Eu quero aqui fazer  
111 minhas as palavras dos nossos colegas aqui dos núcleos de regularização e dizer que a gente  
112 sempre atenta para preservação ambiental. Infelizmente nós estamos no meio dessa batalha  
113 que é consorciar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, e a gente no  
114 meio. A gente tem feito agindo dentro da legalidade todos os processos, muitos deles, quase  
115 que a totalidade já se encontram em áreas que já foram tropizadas no passado, que por falta de  
116 manutenção houve a regeneração. A gente tem esse cuidado, juntamente com todos os  
117 técnicos de todos os núcleos para poder estar deliberando em cima dessas áreas de forma que  
118 venha sempre a estar preservando sempre o Meio Ambiente, que essa é a função da Secretaria  
119 de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. Gostaria de dizer também, que talvez esteja  
120 havendo algum equívoco, quando se tem o explorador da área o nome que vem na pauta da  
121 COPA vem o nome do explorador, então, às vezes o explorador são de áreas diferentes de  
122 outros proprietários, mas o nome do explorador ai é o mesmo. Então, pode estar havendo uma  
123 discrepância, achando que é a mesma propriedade, quando na verdade às vezes pode não ser.  
124 Então, eu queria solidarizar com os companheiros de núcleo, com nossos colegas e dizer que a  
125 gente também sempre na maior lisura possível e de maneira a estar sempre preservando os  
126 recursos do nosso Estado. Muito obrigado. POLYANNA (ANGÁ): Bom, eu represento a  
127 ANGÁ e então tudo que foi colocado ai está me dizendo respeito também, eu represento uma  
128 entidade, não sou eu pessoa aqui não. Então, o que foi colocado no e-mail que eu ressaltai  
129 aqui foi de uma entidade, não só do Gustavo, porque o e-mail foi o Gustavo que colocou; o  
130 presidente da nossa entidade e ele representa, não só uma entidade, mas várias outras. Então,  
131 eu acho que também tem que se pensar quando se coloca a falta de ética. E uma outra coisa  
132 aqui é em relação a. JOSÉ MARIA CASTRO JÚNIOR (COORDENADOR DO NÚCLEO  
133 DE ITUIUTABA): É muito fácil, eu acho que é esconder atrás de uma entidade, é esconder;  
134 porque ele não vir aqui; ele não vir aqui para se explicar. Não, ele está falando em nome de  
135 uma entidade. Eu estou falando em nome do órgão que eu represento também. O órgão que eu  
136 represento, do mesmo jeito que vocês estão olhando a Natureza, nós olhamos tudo isso;  
137 olhamos a Natureza, olhamos a Legalidade, está certo? Olhamos toda propriedade, porque nós  
138 vamos na propriedade, igual você foi comigo, nós andamos na propriedade inteira e eu quero  
139 saber se o que eu coloquei no meu laudo estava alguma coisa em discrepância daquilo que  
140 você viu no campo, certo? POLYANNA (ANGÁ): Eu prefiro não responder. JOSÉ MARIA  
141 CASTRO JÚNIOR (COORDENADOR DO NÚCLEO DE ITUIUTABA): Não, responda;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

142 responda. Agora, aquilo que eu te falei, eu não entendo nada de fauna, não entendo. Vocês  
143 estão preocupados de ver pegadinha de bicho e essas coisas, eu não tenho tempo para isso  
144 também. Eu estou falando em meu nome, José Maria Castro Júnior, que represento o núcleo  
145 de Ituiutaba. Agora, nós vamos no campo, olhamos tudo, andamos na fazenda inteira, damos  
146 notícia de tudo; nós damos notícia de tudo da fazenda. Como você viu lá, tudo que foi  
147 colocado no laudo estava exposto lá para qualquer um que for lá e olhar. Agora, a parte de  
148 fauna, eu não sei nada; não fiz biologia, fiz agronomia. POLYANNA (ANGÁ): Não vou  
149 entrar no mérito desse parecer e a questão aqui de legalidade, eu queria lembrar vocês em  
150 relação ao Pró Várzea. O desmatamento relação às áreas de campo ela foi legal, hoje está todo  
151 mundo correndo atrás do prejuízo. Então, vamos pensar um pouquinho em relação a isso. E a  
152 questão do não comparecimento de quem mandou e-mail, ele está na reunião do PN II, do  
153 Comitê de Bacia do Araguari, hoje tem posse e eleição. Então, a gente tem que se organizar e  
154 dividir, não é porque ele não quis vir aqui ou está se escondendo, não tem nada a ver. Eu sou  
155 representante e eu estou aqui pela entidade, mas se quiser tratar da questão eu posso solicitar a  
156 presença dele aqui sim. MARINA (PRESIDENTE): Mais algum comunicado? MOISÉS  
157 (FETAEMG): Sem tentar criar polêmicas maiores, na última reunião eu coloquei o que eu  
158 estou achando dessa autorização; inclusive eu coloquei para os senhores que estavam aqui, a  
159 Lei permite; eu coloquei isso para os senhores aqui. Agora, o que nós estamos fazendo aqui,  
160 apenas autorizando a Lei. Existem outras políticas que podem ser implementadas, eu coloquei  
161 isso aqui na reunião passada, não estou aqui tentando denegrir a imagem de ninguém não,  
162 pelo contrário, os respeito muito. Agora, eu quis trazer essa situação para nós questionarmos o  
163 que estamos fazendo, ficou muito claro, se você olhar a Ata da reunião passada está nesse  
164 sentido. Nós temos um déficit de florestas, matas na nossa região e que cada reunião nossa,  
165 nós estamos autorizando mais desmatamentos, foram essas palavras que eu usei. O que  
166 devemos fazer para tentar contrapor a isso? Nós temos que procurar junto ao Estado uma  
167 política para isso. Existem algumas políticas aí que não são implementadas como deveriam ao  
168 meu ver. A Bolsa Verde está se arrastando, muito difícil, pouco recurso ainda, todos nós  
169 sabemos disso, fazemos parte da discussão disso como Federação. A questão do  
170 Arrendamento Rural não aconteceu, a gente não vê isso, porque só para a gente tirar como  
171 base, criou-se o arrendamento de matas, mas a gente não viu ninguém do Estado  
172 implementando isso, fazendo política nesse sentido. A mesma coisa foi criado aquele  
173 Programa do Jovem, do Ministério do Trabalho e Emprego. Se o Ministério do Trabalho e  
174 Emprego não sai, cobrar aquilo; aquilo não seria implementado em nenhuma empresa. A  
175 mesma coisa eu acho em relação ao arrendamento, se as gerências regionais, se o Estado não  
176 trazer isso como Política de Governo, não estou falando os senhores não. O José Maria  
177 trabalha sozinho lá, eu conheço lá o escritório em Ituiutaba; lá em Frutal é a mesma coisa, os  
178 escritórios que eu conheço é humanamente impossível falar que eles vão querer implementar  
179 uma política dessa, de Governo e fazer todas as outras obrigações que eles tem. Agora, o que  
180 nós temos que questionar aqui com o Governo é o que ele está querendo realmente com isso,  
181 só criar alguma coisa, mas não executar. E como questionarmos isso, é questão ambiental; nós  
182 temos que questionar isso, eu acho que nós não podemos deixar um Conselho como esse  
183 deixar sem questionar isso, eu acho que nós temos que questionar sim. Nós não vamos deixar  
184 a coisa acontecer, para fazer o desmatamento de uma área antropolizada, vocês sabem disso, é  
185 impossível gente. Está faltando, estamos autorizando a tirar onde tem, vai faltar sempre,  
186 nunca vai ser repostado, isso é um fato. Esse é um fato, você falar que não; a minha área hoje  
187 está toda arrancada, amanhã vou separar aqui 20% dela para reflorestar, quantos anos isso vai  
188 gastar? A questão da fauna já foi e não volta mais. São realidades que nós não podemos de



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

189 discutir não. E nós estamos autorizando a cada dia, foi isso que falei na reunião passada; a  
190 cada dia estamos autorizando mais desmates. Nós não estamos pensando em outra alternativa  
191 e nós temos que levantar essa discussão, não só aqui, igual nós estamos discutindo com o  
192 Estado em relação a isso, temos que discutir sim. Implementar o arrendamento eu acho que  
193 seria uma alternativa, mas não é eterna. Quando você arrenda uma área, está lá, você assume  
194 um compromisso, enquanto você está arrendando ali você vai tentar recuperar área sua. Então,  
195 é um paliativo provisório, mas nós vamos viver de paliativo provisório, não, mas pelo menos  
196 nós vamos deixar de rançar, autorizar o desmatamento do pouco que tem ai. Nós temos  
197 Município aqui, como Delta; Delta não tem nada de reserva, a cana vai até as fossas das casas,  
198 podemos falar isso, até no perímetro urbano, correto. É uma realidade nossa aqui do  
199 Triângulo, nós temos que discutir. Nós não podemos, claro, a forma com que se coloca isso de  
200 repente pode ferir, nós temos que ter também esse traquejo de nos colocarmos como pessoas,  
201 respeitando as pessoas também, mas deixar de tratar essa questão. Quando nós tratávamos da  
202 COPA lá em Frutal, nós tínhamos falado isso, quase que não autorizava em Frutal. O pessoal  
203 da Emater, nós e a ONG nós fizemos lá uma discussão que a gente discutia no processo  
204 autorizava aquilo que achava que realmente era necessário, aquilo que não era, não  
205 autorizava. É isso que a gente tem que fazer, se for para cumprir normas frias, nós podemos ir  
206 embora para casa, o Estado tem autorização para isso; o Estado está autorizado a fazer isso, a  
207 Lei está lá, normas frias. Agora, o Estado cumprir a norma fria dividindo a responsabilidade  
208 com a Sociedade só para dar ali o seu pode-se, ai também não. O Estado tem que assumir o  
209 seu compromisso também, a sociedade civil não pode só podemos falar nós estamos dividindo  
210 responsabilidade de desmatamentos, não; temos que questionar sim. CARLOS LUIZ  
211 MAMEDE (CORDENADOR DO NÚCLEO REGIONAL DE UBERLÂNDIA): Bem,  
212 Conselheiro Moisés, dois questionamentos. A questão de cobertura vegetal de cada município  
213 está disponível no site da SEMAD e no Zoneamento Ecológico de Minas Gerais, no ZE é  
214 fácil conseguir essa lista, mas eu posso passar depois para os Conselheiros. Eu queria, bem  
215 breve também, a questão das autorizações de que só se fala em desmate, que estamos  
216 desmatando, autorizando; ninguém está levantando a questão que todos os processos  
217 autorizativos que os núcleos fazem nós averbamos reserva e exigimos recuperação de APP da  
218 área de reserva legal que não está composta. Isso não é só para processo de desmate não é  
219 qualquer autorização; de intervenção em APP ou de corte de árvores isoladas. Então, eu acho  
220 que a gente recuperou, pelo menos no mínimo, se for fazer um levantamento, umas 20 (vinte)  
221 ou 30 (trinta) vezes mais do que foi autorizado aqui nessa COPA de hoje; isso para falar por  
222 baixo, só os processos de averbação que nós temos feito ou em área nativa que vai ser  
223 preservada para o resto da vida ou para recompor. Então, eu acho que esse papel do técnico  
224 aqui tem que ser lembrado. MOISÉS (FETAEMG): Mas isso é a Lei, obriga que vocês façam  
225 isso, eu estou falando é isso, está ali, é papel de vocês fazer isso, eu coloquei isso, eu frisei  
226 isso. Hoje, pela Lei, toda propriedade tem que ter sua área averbada, as APPs tem que ser,  
227 entendeu. É obrigação legal, agora, sabemos que está fazendo isso, nossa; eu não fecho os  
228 olhos a isso de forma alguma, mas a questão isso é obrigação da Lei, nós não estamos fazendo  
229 nada fora da Lei. São atribuições do Estado; o Estado não está fazendo nada além da  
230 atribuição dele. Agora, eu questiono, nós vamos implementar realmente uma política de  
231 compensação disso ou não. Eu vou lá pedir uma licença, claro que tem que averbar minha  
232 área, está na Lei. CARLOS LUIZ MAMEDE (CORDENADOR DO NÚCLEO REGIONAL  
233 DE UBERLÂNDIA): Então, Moisés, essa questão que nós levantamos hoje acho que não  
234 cabe ser discutido hoje nessa reunião. Cada um já deu seu posicionamento, se a gente for  
235 estende, fica a tarde toda aqui. Concordo com os argumentos seu, da Conselheira; só quero



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

236 que da mesma forma que a gente autoriza, a gente recupera muito mais. JOSÉ MARIA  
237 CASTRO JÚNIOR (COORDENADOR DO NÚCLEO DE ITUIUTABA): Só mais uma  
238 coisinha que eu quero lembrar, igual eles colocaram. Nós damos um parecer, meu parecer está  
239 ali, pode ou não pode, legalmente e tecnicamente pode; senhores Conselheiros, vocês tem,  
240 quem vai falar sim ou não são vocês; vocês estão olhando um parecer nosso. Se vocês  
241 quiserem seguir o parecer nosso, vocês votem para liberar essa área. Vocês acham que não  
242 deve, vocês tem o livre arbítrio, são vocês vão colocar isso. Vocês não tem que seguir nosso  
243 parecer, vocês concordam? Então, só isso que quero colocar. Nós damos um parecer, nós  
244 vamos na área, legalmente e tecnicamente tem alguma coisa que impeça essa intervenção,  
245 não; nem legalmente, nem ambientalmente, para nós tecnicamente, pronto, passamos para  
246 vocês; vocês vão definir. Se vocês acharem que não deve ser autorizado não vai ser; vocês  
247 tem esse poder, está Ok.? MARCOS (NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO): Eu só queria que  
248 essa comissão levasse em consideração e ter um peso e uma medida para cada ação que for  
249 feita. Se criticar é muito fácil, agora, ninguém lembra que nessa mesma COPA, no mês  
250 passado teve processos aqui que foram indeferidos, que foi de vegetação preservada e  
251 ninguém mandou e-mail para o Secretário batendo palmas, falando oh o núcleo está agindo de  
252 forma certa, o núcleo está agindo de forma correta, eles estão aplicando a Lei. As críticas elas  
253 são absorvidas, fazemos delas um modo com o qual a gente possa estar melhorando sempre,  
254 mas os elogios tem que vir na mesma forma em que são feitas as críticas, muito obrigado.  
255 ADEMAR (SEAPA): Como muito bem disse nossos Conselheiros, a gente tem que realmente  
256 avaliar situações de florestas, existem em todos os Municípios, mas nós temos o direito  
257 também de cortar, coibir ou impedir que um produtor que tenha seus direitos sejam  
258 sancionados por nós aqui. A gente tem que entender que o Estado precisa de uma produção  
259 agropecuária, da qual seríamos impossíveis de conviver hoje em dia e de sobreviver sem uma  
260 produção agropecuária. Nós temos que atender a Legislação Ambiental, tanto na parte de  
261 preservação que seja, mas também não podemos tirar todo direito que o produtor tenha de  
262 optar pela produção agropecuária ou se ele quer ser um produtor de preservação ambiental. Se  
263 ele optar em preservar 100% (cem por cento) da propriedade dele, nós temos que fazer isso  
264 para ele, mas se ele quer ter o direito de explorar o que a Lei permite para a produção  
265 agropecuária, eu acho que a nós não podemos coibir que ele faça isso. MOISÉS  
266 (FETAEMG): Eu concordo inteiramente como senhor, inteiramente; agora, as pessoas tem  
267 que ter opções. Se o Estado cria algumas opções, se implementa algumas políticas nesse  
268 sentido a pessoa vai ter o livre arbítrio de escolher essa ou aquela opção. Eu tenho certeza que  
269 se der realmente essas políticas que eu coloquei aqui hoje, a questão da Bolsa Verde, a  
270 questão do Arrendamento, se elas fossem realmente implementadas, para muitos por ai elas  
271 seriam lucrativas. Isso é opção. Agora, o Estado tem o poder, como Estado, como a  
272 propriedade rural também tem que atender sua finalidade; não só econômica, mas social e  
273 ambiental, ele pode estabelecer regras onde limitam o uso disso, o que o Estado achar  
274 necessário e por isso nós temos que estabelecer essa conversa com o Estado para melhorar  
275 essas políticas e dar possibilidades de opções para zona rural em relação à preservação e à  
276 questão econômica também. MARINA (PRESIDENTE): Não havendo mais manifestações,  
277 vamos dar continuidade à pauta. Item 4. **Exame da Ata da 12ª RO de 08/11/2013.** Em  
278 discussão. Em votação a Ata da 12ª RO de 08/11/2013, os Conselheiros que forem favoráveis  
279 permaneçam como estão, os demais se manifestem. Aprovada. Vou fazer a leitura em blocos  
280 dos processos. 5. **Processos Administrativos para exame de Autorização para**  
281 **Intervenção Ambiental com Supressão de Cobertura Vegetal Nativa com destoca:** 5.1  
282 Volneir Gomes Morães/Fazenda Santa Barbara - Gurinhatã/MG - PA/Nº. 06020000264/13 -



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

283 Área de RL: 14,2300 ha - APP: 18,3400 ha - Área da Intervenção Ambiental: 9,2100 ha.  
284 NRRÁ Ituiutaba. 5.2 Volneir Gomes Morães/Fazenda Santa Barbara - Gurinhatã/MG -  
285 PA/Nº. 06020000265/13 - Área de RL: 10,9500 ha - APP: 6,4000 ha - Área da Intervenção  
286 Ambiental: 4,7400 ha. NRRÁ Ituiutaba. 5.3 Aloisio da Cunha Maccheroni e Outros/Fazenda  
287 Gávea Bom Jardim - Uberlândia/MG -PA/Nº. 06050000312/13 - Área de RL: 11,1500 ha -  
288 APP: 2,8000 ha - Área da Intervenção Ambiental: 12,6931 ha. NRRÁ Uberlândia.  
289 5.4 Heloisa Terezinha Borges Pereira/Fazenda Furnas, Lugar Denominado Capão Alto -  
290 Indianópolis/MG - PA/Nº. 06050000025/13 - Área de RL: 8,4264 ha - APP: 0,0000 ha - Área  
291 da Intervenção Ambiental: 9,6700 ha. NRRÁ Uberlândia. 5.5 Maria Aparecida Alves  
292 Fagundes/Fazenda Guarara - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº. 06050000998/11 - Área  
293 de RL: 154,8800 ha - APP: 28,7800 ha - Área da Intervenção Ambiental: 25,0000 ha. NRRÁ  
294 Uberlândia. 5.6 Nilson Pereira da Cruz/Fazenda Estancia Seresta - Uberlândia/MG - PA/Nº.  
295 06050000484/13 - Área de RL: 4,0500 ha - APP: 2,4516 ha - Área da Intervenção Ambiental:  
296 13,5472 ha. NRRÁ Uberlândia. 5.7 Nilson Pereira da Cruz/Fazenda Estancia Seresta -  
297 Uberlândia/MG - PA/Nº. 06050000485/13 - Área de RL: 17,3000 ha - APP: 9,6784 ha - Área  
298 da Intervenção Ambiental: 55,9072 ha. NRRÁ Uberlândia. 5.8 Nilson Pereira da  
299 Cruz/Fazenda Estancia Seresta - Uberlândia/MG - PA/Nº. 06050000486/13 - Área de RL:  
300 20,2500 ha - APP: 2,8429 ha - Área da Intervenção Ambiental: 77,0156 ha. NRRÁ  
301 Uberlândia. 5.9 Odison de Oliveira/Fazenda Capim Branco - Araguari/MG - PA/Nº.  
302 06050000337/13 - Área de RL: 8,9700 ha - APP: 4,6418 ha - Área da Intervenção Ambiental:  
303 13,0931 ha. NRRÁ Uberlândia. 5.10 Zulmar Neves Junior/Fazenda Descarga -  
304 Tupaciguara/MG - PA/Nº. 06050000052/12 (esse processo foi publicado como ano de 2013,  
305 mas nós já retificamos na pauta, é ano 2012) - Área de RL: 111,8257 ha - APP: 75,3245 ha -  
306 Área da Intervenção Ambiental: 57,6041 ha. NRRÁ Uberlândia. 5.11 Iara Maria Afonso de  
307 Melo/Fazenda Campo Aberto - Araxá/MG - PA/Nº. 11010000521/13 - Área de RL: 345,6000  
308 ha - APP: 72,0926 ha - Área da Intervenção Ambiental: 18,0753 ha. NRRÁ Araxá. 5.12 João  
309 Bosco da Silva/Fazenda Olhos D'água - Perdizes/MG - PA/Nº. 11010000430/13 - Área de  
310 RL: 18,2000 ha - APP: 4,2000 ha - Área da Intervenção Ambiental: 5,0000 ha. NRRÁ Araxá.  
311 5.13 João Reis Silva/Fazenda Pirapetinga - Patrocínio /MG - PA/Nº. 11020002082/10 - Área  
312 de RL: 6,4843 ha - APP: 5,7893 ha - Área da Intervenção Ambiental: 15,7587 ha. NRRÁ  
313 Patrocínio. 5.14 Noé Batista da Silva/Fazenda Garcia - Serra do Salitre/MG - PA/Nº.  
314 11020000864/10 - Área de RL: 8,3700 ha - APP: 3,9953 ha - Área da Intervenção Ambiental:  
315 9,2996 ha. NRRÁ Patrocínio (esse processo também uma retificação só no nome da  
316 publicação; a publicação foi feita em nome de José Abadia Oliveira que é o proprietário,  
317 agora já está correto para o nome do explorador). 5.15 Juarez Jerônimo Neto/Fazenda Córrego  
318 do Cavalo - Monte Carmelo/MG - PA/Nº. 11020000379/13 - Área de RL: 31,0000 ha - APP:  
319 15,3910 ha - Área da Intervenção Ambiental: 40,0000 ha. NRRÁ Patrocínio. 5.16 Miguel  
320 Alves Neto/Fazenda Sape e Serrinha - Serra do Salitre/MG - PA/Nº. 11020000058/09 - Área  
321 de RL: 0,6000 ha - APP: 0,3153 ha - Área da Intervenção Ambiental: 2,0847 ha. NRRÁ  
322 Patrocínio. 5.17 Pedro Antônio Correia e Outro/Fazenda Pirapetinga - Patrocínio/MG -  
323 PA/Nº. 11020000234/12 - Área de RL: 4,5194 ha - APP: 2,8276 ha - Área da Intervenção  
324 Ambiental: 14,6714 ha. NRRÁ Patrocínio. 5.18 Silvio Lucas Ferreira/Fazenda São Miguel e  
325 Buriti - Coromandel/MG - PA/Nº. 11020000239/13 - Área de RL: 54,1197 ha - APP: 25,3459  
326 ha - Área da Intervenção Ambiental: 65,3886 ha. NRRÁ Patrocínio. 5.19 Virginia Coutinho  
327 Aguiar Siqueira/Fazenda Cachoeira, Santo Antônio e Esmeril - Patrocínio/MG - PA/Nº.  
328 11020000138/13 - Área de RL: 134,5713 ha - APP: 43,8410 ha - Área da Intervenção  
329 Ambiental: 0,2700 ha. NRRÁ Patrocínio. 5.20 Aparecida da Silva Braga/Fazenda Herva -



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

330 Presidente Olegário/MG - PA/Nº. 11030000233/12 - Área de RL: 5,1318 ha - APP: 0,0000ha  
331 - Área da Intervenção Ambiental: 9,9000 ha. NRRA Patos de Minas (esse também foi  
332 publicado com um 0 (zero) a menos, mas já houve a correção). 5.21 Augusto de Deus da  
333 Silva/Fazenda Herva - Presidente Olegário/MG - PA/Nº. 11030000234/12 - Área de RL:  
334 4,3617 ha - APP: 3,3530 ha - Área da Intervenção Ambiental: 9,7247 ha. NRRA Patos de  
335 Minas. 5.22 Gilmar Moraes da Silva/Fazenda Larga - Lugar Cricó - Presidente Olegário/MG -  
336 PA/Nº. 11030000505/11 - Área de RL: 33,5213 ha - APP: 30,2732 ha - Área da Intervenção  
337 Ambiental: 42,2344 ha. NRRA Patos de Minas. 5.23 Jose de Deus da Silva/Fazenda Herva -  
338 Presidente Olegário/MG - PA/Nº. 11030000235/12 - Área de RL: 4,5939 ha - APP: 1,2935 ha  
339 - Área da Intervenção Ambiental: 9,9609 ha. NRRA Patos de Minas. 5.24 Nilton  
340 Cardoso/Fazenda Capão - Tiros/MG - PA/Nº. 11030000012/13 - Área de RL: 76,0710 ha -  
341 APP: 84,6327 ha - Área da Intervenção Ambiental: 219,6510 ha. NRRA Patos de Minas. 5.25  
342 Rita de Deus da Silva Lima/Fazenda Herva - Presidente Olegário/MG - PA/Nº.  
343 11030000236/12 - Área de RL: 5,1495 ha - APP: 0,0000 ha - Área da Intervenção Ambiental:  
344 9,9000 ha. NRRA Patos de Minas. 5.26 Sebastião Joaquim Dias/Fazenda Prata dos Netos -  
345 Lugar Cachoeira - Presidente Olegário/MG - PA/Nº. 11030000043/13 - Área de RL: 51,2119  
346 ha - APP: 111,7887 ha - Área da Intervenção Ambiental: 43,7138 ha. NRRA Patos de Minas.  
347 5.27 Sezo Olímpio da Silva/Fazenda Rio Brilhante - Presidente Olegário/MG - PA/Nº.  
348 11030000205/13 - Área de RL: 13,6650 ha - APP: 8,6938 ha - Área da Intervenção  
349 Ambiental: 28,5572 ha. NRRA Patos de Minas. 5.28 Sezo Olímpio da Silva/Fazenda  
350 Andorinhas - Presidente Olegário/MG - PA/Nº. 11030001088/11 - Área de RL: 104,1901 ha -  
351 APP: 58,3092 ha - Área da Intervenção Ambiental: 114,9803 ha. NRRA Patos de Minas. 5.29  
352 Vamberto Venturin/Fazenda Capão - Tiros/MG - PA/Nº. 11030000016/13 - Área de RL:  
353 45,8708 ha - APP: 40,0552 ha - Área da Intervenção Ambiental: 142,4276 ha. NRRA Patos  
354 de Minas. **Item 6. Processos Administrativos para exame de Autorização para**  
355 **Intervenção Ambiental em Área de Preservação Permanente com Supressão de**  
356 **Vegetação Nativa:** 6.1 Ituiutaba Bioenergia Ltda./Fazenda São Pedro - Gurinhatã/MG -  
357 PA/Nº. 06020000184/13 - Área de RL: 200,5500 ha - APP: 69,5500 ha - Área da Intervenção  
358 Ambiental: 0,1300 ha. NRRA Ituiutaba. **O Processo será retirado de Pauta.** 6.2 Cláudio  
359 Prates Zago/Fazenda Ceres - Capinópolis/MG - PA/Nº. 06020000381/13 - Área de RL:  
360 39,7267 ha - APP: 10,4300 ha - Área da Intervenção Ambiental: 0,5000 ha. NRRA Ituiutaba.  
361 6.3 Mariane Alves Ortolan/Fazenda Córrego do Desengano - Ituiutaba/MG - PA/Nº.  
362 06020000383/13 - Área de RL: 63,4727 ha - APP: 30,8000ha - Área da Intervenção  
363 Ambiental: 0,1056 ha. NRRA Ituiutaba. 6.4 Daniel Andrade de Paiva/Fazenda Engenho de  
364 Pau - Ibiá/MG - PA/Nº. 11010000250/13 - Área de RL: 0,6116ha - APP: 0,7500 ha - Área da  
365 Intervenção Ambiental: 0,0271 ha. NRRA Araxá. 6.5 Iara Maria Afonso de Melo/Fazenda  
366 Campo Aberto - Araxá/MG - PA/Nº. 11010000619/13 - Área de RL: 345,6000 ha - APP:  
367 72,0926 ha - Área da Intervenção Ambiental: 1,2050 ha. NRRA Araxá. 6.6 Daterra  
368 Atividades Rurais Ltda./Fazenda Buriti e Santo Inácio - Coromandel/MG - PA/Nº.  
369 11020000048/13 - Área de RL: 55,3000 ha - APP: 20,4150 ha - Área da Intervenção  
370 Ambiental: 0,5723 ha. NRRA Patrocínio. **Item 7. Processos Administrativos para exame de**  
371 **Autorização para Intervenção Ambiental com Supressão de Cobertura Vegetal Nativa**  
372 **com destoca e Intervenção Ambiental em Área de Preservação Permanente com**  
373 **Supressão de Vegetação Nativa:** 7.1 Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A./Linha de  
374 Transmissão UHE Miranda - AMBEV (construção de torres de sustentação em área de  
375 servidão para transmissão de energia para indústria) - Uberlândia/MG - PA/Nº.  
376 06050000547/13 - Área de RL: 0,0000 ha - APP: 0,0000 ha - Áreas da Intervenção





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**  
**Secretaria Executiva**

377 Ambiental: Supressão com destoca: 1,2000 ha e Intervenção em APP: 0,7000 ha. NRRA  
378 Uberlândia. 7.2 José Caetano Rodovalho/Fazenda Mesas - Lugar Pereiras - Coromandel/MG -  
379 PA/Nº. 11020000334/13 - Área de RL: 1,3685 ha - APP: 2,3328 ha - Áreas da Intervenção  
380 Ambiental: Supressão com destoca: 3,1410 ha e Intervenção em APP: 0,0193 ha. NRRA  
381 Patrocínio. Item **8. Processo Administrativo para exame de Autorização para Intervenção**  
382 **Ambiental com Supressão de Floresta de Plantada, com presença de Sub-Bosque nativo:**  
383 8.1 Monsanto do Brasil Ltda./Fazenda do Milho 1 - Cachoeira Dourada/MG - PA/Nº.  
384 06020000472/13 - Área de RL: 35,8000 ha - APP: 10,6100 ha - Área da Intervenção  
385 Ambiental: 1,0890 ha. NRRA Ituiutaba. Como não houve destaque em nenhum dos itens, vou  
386 colocar todos os itens do Item 5; 6; 7 e 8 em votação, os Conselheiros que forem favoráveis  
387 permaneçam como estão, os demais se manifestem. POLYANNA (ANGÁ): Contra todos os  
388 itens. MOISÉS (FETAEMG): Também vou votar contra, pelas argumentações que eu  
389 coloquei anteriormente aqui na discussão preliminar. Então, com 02 (dois) votos contrários  
390 ficam aprovados todos os subitens dos Itens 5; 6; 7 e 8 da pauta. Item **9. Proposta de Agenda**  
391 **Anual das reuniões da Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do**  
392 **COPAM para o ano de 2014. Apresentação: Supram TMAP (Calendário sugerido).**  
393 Acho que todos receberam, por favor. SUB TENENTE AUGUSTO: Eu quero manifestar  
394 contrário, porque o COPAM e a COPA no mesmo dia é um transtorno danado, porque hoje,  
395 por exemplo, acabou praticamente 01 (uma) hora e 02 (duas) horas tínhamos que estar de  
396 volta aqui. E se estivesse acabado 02 (duas) horas? Entendeu, eu sugeria, eu sei talvez eu seja  
397 voto vencido aqui, uma sexta o COPAM e na outra sexta a COPA. Eu não sei como são os  
398 problemas administrativos de vocês, mas seria muito útil isso para nós, para mim por  
399 exemplo. MARINA (PRESIDENTE): Algum outro Conselheiro quer ser manifestar quanto.  
400 MOISÉS (FETAEMG): Tenente, Conselheiro, mas para mim que sou de fora e estou também  
401 nos 02 (dois) Conselhos, para minha agenda fica quase impossível participar das 02 (duas)  
402 reuniões em dias diferentes. Tenho que vir, ficar; e os outros compromissos que a gente  
403 assume durante o mês, fica pesado, 02 (dois) dias por conta. MARINA (PRESIDENTE): Eu  
404 entendo a situação, mas eu vou colocar em votação a sugestão apresentada. Então, eu coloco  
405 em votação o item 9, Propostas Agenda Anual das reuniões da Comissão Paritária Triângulo  
406 Mineiro e Alto Paranaíba do COPAM para o ano de 2014, os Conselheiros que forem  
407 favoráveis permaneçam como estão, os demais se manifestem. SUB TENENTE AUGUSTO:  
408 Contra, por causa dos mesmos motivos que eu já me expressei. MARINA (PRESIDENTE):  
409 Bom, com 01 (um) voto contrário, aprovada a proposta de agenda para o ano que vem. Só  
410 ressaltando que já foram levados em consideração os jogos da COPA, então, está tudo  
411 adequado. **10. Encerramento.** Chegamos ao encerramento e eu particularmente gostaria de  
412 agradecer a essas 03 (três) últimas reuniões que eu participei, ano que vem estarei aqui  
413 novamente. Agradecer à SUPRAM e aos núcleos, na pessoa do Rodrigo, pelo acolhimento e  
414 também aos Conselheiros, no mais desejo a todos Boas Festas e descansem para o ano que  
415 vem. Desta forma, nada mais havendo a tratar, após a Presidente encerrar a reunião eu,  
416 Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por ela assinada. Uberlândia, 13 de  
417 dezembro de 2013.

418  
419  
420 \_\_\_\_\_  
421 MARINA SARDINHA MACHADO – (presidente suplente)